



ESTADO DO PIAUÍ  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº 31/2015**

**PROCESSO AL – 8358/15**

**AUTOR (A): Dep. João Madson**

**RELATOR (A): Dep. Rubem Martins**

**I – RELATÓRIO**

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a referida proposição em epígrafe, que **“Altera a Lei nº 6.309, de 30 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento dos Servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí – ADAPI, que desenvolvem atividades específicas de fiscalização agropecuária, e dá outras providências”**.

A proposição faz parte do Processo Legislativo Art. 96, Inciso I, alínea “g” e art. 105 do Regimento Interno e arts. 73 e 75 da Constituição Estadual.

Embora a matéria seja de competência privativa do Governo do Estado, conforme disposto na Constituição Estadual, art. 75, §2º, inciso II, alínea b, o referido Indicativo de Projeto de Lei traz uma proposta importante para o servidor do Fisco Estadual em atividade, quando em plantão, que é o direito à alimentação fornecida pelo Estado. Ressalto que o Indicativo enfatiza que esse **“direito não será incorporado à remuneração para qualquer efeito e nem poderá ser utilizada como base para cálculos de outros benefícios”**. Valendo-me dessa premissa, os servidores da ADAPI (Lei nº 6.309, de 30/01/2013), ora objeto dessa proposição, trabalham em Postos Fiscais do Estado, em regime de plantão e em escalas de 12 e 48 horas, conforme os serviços de cada PVA (Posto de Vigilância Sanitária). Ressalto que esses servidores recebiam até o início de 2013 essa alimentação, que era paga, por meio de Termo de Cooperação Técnica entre a ADAPI e a SEFAZ, a qual fornecia os tickets. Destaco que nesse momento, por qual passa o Estado do Piauí com relação à febre aftosa, não se pode prescindir da importância de tal reivindicação, haja vista, os Fiscais Agropecuários exercerem o papel preponderante, no que diz respeito à Campanha de Vacinação contra a Febre Aftosa, cujos índices não atingiram o mínimo de 95%, exigido para que o Estado mantenha o status “Livre da Febre Aftosa”. Enfim, concluída as análises cabíveis quanto à constitucionalidade da matéria, e não havendo óbices, o referido projeto está em conformidade com todos os dispositivos legais.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, Teresina (PI), 09 de dezembro de 2015.



ESTADO DO PIAUÍ  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

**II – VOTO DO RELATOR**

Visto e analisado o relatório e por a proposição se encontrar nos dispositivos regimentais, constitucionais e legais, com boa técnica legislativa, somos de parecer favorável a sua normal tramitação e aprovação.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, Teresina (PI), 09 de dezembro de 2015.

*Rubem Martins*  
Dep. Estadual

